



CONGRESSO NACIONAL

AVISO (CN) Nº 17, DE 2026

(nº 958/2026, na origem)

Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre do exercício de 2026.

AUTORIA: Tribunal de Contas da União

DESPACHO: À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

PUBLICAÇÃO: DCN de 29/10/2026



[Página da matéria](#)

Aviso nº 958 - GP/TCU

Brasília, 30 de setembro de 2026.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Em atendimento ao art. 59 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, c/c o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União referente ao 2º quadrimestre do exercício de 2026, aprovado por meio da Portaria-TCU nº 147, de 28 de setembro de 2026, e publicado no Diário Oficial da União, edição nº 184, de 29 de setembro de 2026, seção 1, página 97.

Atenciosamente,

(Assinado eletronicamente)

Vital do Rêgo
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Congresso Nacional
Brasília – DF



PORTARIA-TCU Nº 147, DE 28 DE SETEMBRO DE 2026.

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inciso XLIII do art. 28 do Regimento Interno do TCU, e na forma prevista pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º É aprovado o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre de 2026, na forma do anexo desta Portaria.

Parágrafo único. O referido relatório será publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado, para acesso ao público, na forma prevista no § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(Assinatura eletrônica)

Vital do Rêgo

ANEXO I
UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025	DEZ/2025	JAN/2026	FEV/2026	MAR/2026	ABR/2026	MAI/2026	JUN/2026	JUL/2026	AGO/2026	TOTAL (últimos 12 meses)	
													(a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	176.486.307,63	176.348.224,70	175.753.779,52	370.080.626,98	211.059.017,79	180.072.552,85	199.277.427,72	192.527.129,30	192.041.364,83	247.694.629,55	194.808.516,26	196.348.887,61	2.512.498.464,74	18.411.289,37
Pessoal Ativo	100.841.211,58	100.644.533,82	100.486.734,90	222.871.645,00	135.487.091,87	104.281.787,35	115.716.902,41	111.321.385,82	110.503.488,62	126.557.421,44	113.439.669,37	115.265.840,20	1.457.417.722,38	9.290.735,21
Vencimentos, Variações e Outras Despesas Variáveis	87.174.990,07	86.940.078,85	86.869.201,83	190.813.218,74	121.817.208,79	90.558.259,94	100.062.365,13	96.276.003,94	96.508.428,83	111.474.770,57	98.321.029,97	100.151.732,35	1.265.967.280,01	8.499.186,46
Obrigações Patronais	13.666.221,51	13.704.454,97	13.617.533,07	32.068.426,26	13.669.883,08	13.723.527,41	15.654.546,28	15.045.381,88	14.995.089,79	15.082.650,87	15.118.639,40	15.114.107,85	191.450.442,37	791.548,75
Benefícios Previdenciários														
Pessoal Inativo e Pensionistas	75.645.096,05	75.703.690,88	75.267.044,62	147.208.981,98	75.571.925,92	75.790.765,50	83.560.525,31	81.205.743,48	81.537.866,21	121.137.208,11	81.368.846,89	81.083.047,41	1.055.080.742,36	9.120.554,16
Aposentadorias, Reserva e Reformas 2	63.195.258,38	63.066.555,09	62.734.278,73	125.514.864,14	62.885.083,87	62.869.439,06	70.186.950,91	68.014.055,34	67.928.226,94	101.667.463,68	68.105.874,35	68.082.878,19	884.250.948,68	8.337.775,75
Pensões	12.449.837,67	12.637.135,79	12.532.765,89	21.694.117,84	12.686.842,05	12.921.326,44	13.373.574,40	13.191.688,14	13.609.639,27	19.469.724,43	13.262.972,54	13.000.169,22	170.829.793,68	782.778,41
Outros Benefícios Previdenciários														
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	42.045.230,94	32.134.604,70	25.908.801,14	121.846.699,24	1.315.606,61	20.394.708,34	20.091.631,79	20.075.040,43	20.409.446,13	46.546,30	25.216.449,39	35.230.983,82	364.715.748,83	813.193,83
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	199.679,19	354.178,01	908.801,14	92.645.769,68	1.315.606,61	394.708,34	91.631,79	75.040,43	409.446,13	46.546,30	24.048,23	44.837,74	96.510.293,59	813.193,83
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	41.845.551,75	31.780.426,69	25.000.000,00	29.200.929,56	0,00	20.000.000,00	20.000.000,00	20.000.000,00	20.000.000,00	0,00	25.192.401,16	35.186.146,08	268.205.455,24	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	134.441.076,69	144.213.620,00	149.844.978,38	248.233.927,74	209.743.411,18	159.677.844,51	179.185.795,93	172.452.088,87	171.631.918,70	247.648.083,25	169.592.066,87	161.117.903,79	2.147.782.715,91	17.598.095,54
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL				VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA									
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				1.619.262.388.778,33										
(c) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF/IV)				0,00										
(c) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF/IV)				0,00										
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)				1.619.262.388.778,33										
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III) + (II) + (I)				2.165.380.811,45	0,133726%									
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I e II, art. 20 da LRF)				6.962.828.271,75	0,430000%									
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)				6.614.686.858,16	0,408000%									
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 39 da LRF)				6.266.545.444,57	0,387000%									

2. Na rubrica "Aposentadorias, Reserva e Reformas" foi adicionado o valor de R\$ 14.303,64, Abril (R\$ 14.012,01), Maio (R\$ 97,21), Junho (R\$ 97,21) e Julho (R\$ 97,21), referente ao valor pago na Natureza de Despesa 3.1.90.86 - Pagamento de Compensações a Regimes de Previdência, no sistema COMPREV.

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuaram a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

2. Na rubrica "Aposentadorias, Reserva e Reformas" foi adicionado o valor de R\$ 14.303,64, Abril (R\$ 14.012,01), Maio (R\$ 97,21), Junho (R\$ 97,21) e Julho (R\$ 97,21), referente ao valor pago na Natureza de Despesa 3.1.90.86 - Pagamento de Compensações a Regimes de Previdência, no sistema COMPREV.

Alessandro Giuberti Laranja
Secretário-Geral de Administração

Vinicius de Sá Rodrigues
Secretário de Auditoria Interna – em Substituição

Egbert Nascimento Buarque
Secretaria Especializada em Orçamento, Finanças e Contabilidade

ATOS DO VICE-PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA PGR/MPU Nº 101, DE 25 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a limitação de empenho e movimentação financeira e altera o Cronograma Anual de Desembolso Mensal do Ministério Público da União.

O VICE-PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria PGR/MPU nº 288, de 26 de dezembro de 2023, com fundamento no art. 26, inciso VIII, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, considerando o disposto no art. 73, § 1º, inciso I, da Lei nº 15.321, de 31 de dezembro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO 2026), e tendo em vista os créditos adicionais do exercício, resolve:

Art. 1º Ficam contingenciados, na forma do Anexo I desta Portaria, os valores para emissão de empenhos relativos às despesas de capital constantes da Lei nº 15.346, de 14 de janeiro de 2026 (Lei Orçamentária Anual - LOA 2026).

Art. 2º Em razão da indisponibilidade de valores de que trata o art. 1º e dos créditos adicionais do exercício, o Cronograma Anual de Desembolso Mensal passa a vigorar com os valores estabelecidos no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Fica revogada a Portaria PGR/MPU nº 20, de 11 de fevereiro de 2026, publicada no DOU, Seção 1, pág. 194, de 13 de fevereiro de 2026.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HINDENBURGO CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ FILHO

ANEXO I

34000 - MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO LIMITAÇÃO DE EMPENHO			
34101 - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	R\$1,00		
PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA	FTE	VALOR
03.122.0031.110E.0238 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Boa Vista - RR - No Município de Boa Vista - RR	4.4.90.00	1000	2.099.668
T O T A L			2.099.668
34102 - MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR	R\$1,00		
PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA	FTE	VALOR
03.062.0031.4263.0001 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Militar	4.4.90.00	1000	20.752
T O T A L			20.752
34103 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS	R\$1,00		
PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA	FTE	VALOR
03.062.0031.4261.0053 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - MPDFT - No Distrito Federal	4.4.90.00	1000	5.929
T O T A L			5.929
T O T A L G E R A L			2.126.349

ANEXO II

34000 - MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO CRONOGRAMA ANUAL DE DESEMBOLSO MENSAL - 2026 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS / OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL		
		R\$1,00
MÊS	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL
JANEIRO	1.604.000.000	170.370.000
FEVEREIRO	2.300.217.638	341.030.640
MARÇO	2.996.435.276	511.551.205
ABRIL	3.692.652.914	679.304.781
MAIO	4.388.870.552	850.032.774
JUNHO	5.085.088.190	1.020.781.386
JULHO	5.781.305.828	1.191.526.124
AGOSTO	6.477.523.466	1.362.270.608
SETEMBRO	7.173.741.104	1.533.018.169
ATÉ OUTUBRO	7.874.248.175	1.717.809.451
ATÉ NOVEMBRO	8.574.755.246	1.900.474.385
ATÉ DEZEMBRO	8.584.755.246	2.085.265.667
Nota: Esta programação inclui créditos adicionais das Portarias GM/MPO nºs 119/2026 e 235/2026, relativos à ADI 7922, não contém créditos especiais reabertos, e poderá sofrer alterações em função de serviços extraordinários, férias, sentenças judiciais, despesas de exercícios anteriores, limitação de empenho ou créditos adicionais.		

Tribunal de Contas da União

PORTARIA TCU Nº 147, DE 28 DE SETEMBRO DE 2026

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inciso XLIII do art. 28 do Regimento Interno do TCU, e na forma prevista pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º É aprovado o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre de 2026, na forma do anexo desta Portaria.

Parágrafo único. O referido relatório será publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado, para acesso ao público, na forma prevista no § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VITAL DO RÊGO



ANEXO I

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2025 A AGOSTO/2026

		DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
DESPESA COM PESSOAL		LÍQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
		SET/2025	OUT/2025	NOV/2025	DEZ/2025	JAN/2026	FEV/2026	MAR/2026	ABR/2026	MAI/2026	JUN/2026	JUL/2026	AGO/2026	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	NÃO PROCESSADOS (1)
														(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		176.486.307,63	176.348.224,70	175.753.779,52	370.080.626,98	211.059.017,79	180.072.552,85	199.277.427,72	192.527.129,30	192.041.364,83	247.694.629,55	194.808.516,26	196.348.887,61	2.512.498.464,74	18.411.289,37
Pessoal Ativo		100.841.211,58	100.644.533,82	100.486.734,90	222.871.645,00	135.487.091,87	104.281.787,35	115.716.902,41	111.321.385,82	110.503.498,62	126.557.421,44	113.439.669,37	115.265.840,20	1.457.417.722,38	9.290.735,21
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis		87.174.990,07	86.940.078,85	86.869.201,83	190.813.218,74	121.817.208,79	90.558.259,94	100.062.356,13	96.276.003,94	95.508.428,83	111.474.770,57	98.321.029,97	100.151.732,35	1.265.967.280,01	8.499.186,46
Obrigações Patronais		13.666.221,51	13.704.454,97	13.617.533,07	32.058.426,26	13.669.883,08	13.723.527,41	15.654.546,28	15.045.381,88	14.995.069,79	15.082.650,87	15.118.639,40	15.114.107,85	191.450.442,37	791.548,75
Benefícios Previdenciários															
Pessoal Inativo e Pensionistas		75.645.096,05	75.703.690,88	75.267.044,62	147.208.981,98	75.571.925,92	75.790.765,50	83.560.525,31	81.205.743,48	81.537.866,21	121.137.208,11	81.368.846,89	81.083.047,41	1.055.080.742,36	9.120.554,16
Aposentadorias, Reserva e Reformas 2		63.195.258,38	63.066.555,09	62.734.278,73	125.514.864,14	62.885.083,87	62.869.439,06	70.186.950,91	68.014.055,34	67.928.226,94	101.667.483,68	68.105.874,35	68.082.878,19	884.250.948,68	8.337.775,75
Pensões		12.449.837,67	12.637.135,79	12.532.765,89	21.694.117,84	12.686.842,05	12.921.326,44	13.373.574,40	13.191.688,14	13.609.639,27	19.469.724,43	13.262.972,54	13.000.169,22	170.829.793,68	782.778,41
Outros Benefícios Previdenciários															
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art . 18 da LRF)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art . 19 da LRF)		42.045.230,94	32.134.604,70	25.908.801,14	121.846.699,24	1.315.606,61	20.394.708,34	20.091.631,79	20.075.040,43	20.409.446,13	46.546,30	25.216.449,39	35.230.983,82	364.715.748,83	813.193,83
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração		199.679,19	354.178,01	908.801,14	92.645.769,68	1.315.606,61	394.708,34	91.631,79	75.040,43	409.446,13	46.546,30	24.048,23	44.837,74	96.510.293,59	813.193,83
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		41.845.551,75	31.780.426,69	25.000.000,00	29.200.929,56	0,00	20.000.000,00	20.000.000,00	20.000.000,00	20.000.000,00	0,00	25.192.401,16	35.186.146,08	268.205.455,24	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)		134.441.076,69	144.213.620,00	149.844.978,38	248.233.927,74	209.743.411,18	159.677.844,51	179.185.795,93	172.452.088,87	171.631.918,70	247.648.083,25	169.592.066,87	161.117.903,79	2.147.782.715,91	17.598.095,54

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.619.262.388.778,33	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	0,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	1.619.262.388.778,33	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	2.165.380.811,45	0,133726%
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art . 20 da LRF)	6.962.828.271,75	0,430000%
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art . 22 da LRF)	6.614.686.858,16	0,408500%
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art . 59 da LRF)	6.266.545.444,57	0,387000%

"FONTE: Tesouro Gerencial; Portaria STN/MF PORTARIA Nº 2.804, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026 (Site <https://www.tesourotransparente.gov.br>). Data de emissão: 22/09/2026. 16h30.

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
2. Na rubrica ""Aposentadorias, Reserva e Reformas"" foi adicionado o valor de R\$ 14.303,64. Abril (R\$ 14.012,01), Maio (R\$ 97,21), Junho (R\$ 97,21) e Julho (R\$ 97,21), referente ao valor pago na Natureza de Despesa 3.1.90.86 - Pagamento de Compensações a Regimes de Previdência, no sistema COMPREV."

ALESSANDRO GIUBERTI LARANJA
Secretário-Geral de Administração

VINICIUS DE SÁ RODRIGUES
Secretário de Auditoria Interna
Em Substituição

EGBERT NASCIMENTO BUARQUE
Secretaria Especializada em Orçamento, Finanças e Contabilidade





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TERMO DE CIÊNCIA DE COMUNICAÇÃO

(Documento gerado automaticamente pela Plataforma Conecta-TCU)

Comunicação: Aviso 000.958/2026-GABPRES

Processo: 011.545/2026-7

Órgão/entidade: SF - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional - SLCN

Destinatário: PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL - SECRETARIA
LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL - SF

Informo ter tomado ciência, nesta data, da comunicação acima indicada dirigida à/ao PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL - SECRETARIA LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL - SF pelo Tribunal de Contas da União, por meio da plataforma Conecta-TCU.

Data da ciência: 30/09/2026

(Assinado eletronicamente)

MONICA DE SOUZA DAMASCENO MARTINS

Usuário habilitado a receber e a acessar comunicações pela plataforma Conecta-TCU.

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DA MATÉRIA, NOS TERMOS DO ART. 120 DA RESOLUÇÃO Nº 1 DE 2006-CN

Data início	Data fim	Tipo de tramitação
28/10/2026	01/11/2026	Publicação em avulso eletrônico da matéria
28/10/2026		Despachado
02/11/2026	16/11/2026	Apresentação de relatório e eventual projeto de decreto legislativo
17/11/2026	23/11/2026	Apresentação de Emendas a Projeto de Decreto Legislativo sobre fiscalização da execução orçamentária e financeira e da gestão fiscal
24/11/2026	30/11/2026	Votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional